

ACTA N.º 51/2006

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2006:

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Peniche, edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, estando presentes os Excelentíssimos Senhores António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente, Jorge Alberto Bombas Amador, Vice-Presidente, Jorge Serafim Silva Abrantes, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves, Joaquim Raul Gregório Farto, Francisco Manuel Pinto da França Salvador e Paulo Jorge Leal Rodrigues, Vereadores, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche.

A reunião foi aberta, pelo Senhor Presidente, eram catorze horas e trinta minutos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007:

O Senhor Presidente comunicou que, face aos contributos dados na última reunião, se tinham precedido a alteração nos documentos em análise, tendo sido enviado por correio electrónico as alterações às Orientações Estratégicas.

A Técnica Superior Josseléne Nunes deu uma explicação consubstanciada sobre as alterações introduzidas no Orçamento, assim como nos mapas explicativos anexos.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu que o terceiro parágrafo sobre o IMI não referia o valor da redução da receita daquele imposto, devido à aprovação de taxas mais baixas.

Acrescentou que, sobre os compromissos assumidos perante promotores imobiliários, era uma situação normal, transversal ao longo dos anos e dos mandatos e que seria mais honesto explicar essa situação.

Disse também que continuava perante o problema de fundo, o do empolamento das receitas, o que levava à falta de credibilidade dos documentos em análise. Referiu que também não tinha havido coragem de estabelecer prioridades, face à imprevisibilidade de se concretizar as receitas propostas.

Salientou que no PPI não havia obras de vulto e que não havia mercado para comprar os terrenos municipais previstos vender, tanto mais que alguns ainda nem sequer estavam infra-estruturados.

Referiu que, no Casal Moinho, os lotes não poderiam ser vendidos sem primeiro o pavilhão ser construído, uma vez que a população não consentiria isso.

Concluiu dizendo que as Grandes Opções do Plano, na forma como estavam elaboradas, não podiam merecer senão o voto contra do Partido Socialistas. Salientou que estaria disponível para dar o voto favorável aos documentos em análise se o empolamento da receita tivesse um limite razoável, mas como estavam apresentados, haveria uma parte importante da despesa que não teria cobertura do lado da receita.

O Senhor Vereador Francisco Salvador leu a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Numa clara postura de responsabilidade e seriedade que é nosso apanágio, procedermos a uma leitura atenta dos documentos previsionais para 2007, onde pudemos constatar que se notam diferenças substanciais relativamente aos que serviram de base para o ano em curso.

De facto, a atitude de alguma humildade democrática assumida pelos autarcas da CDU contrasta com a posição então assumida, e a qualidade dos documentos apresentados revela um

trabalho mais profundo e esclarecedor, o nos leva a pensar que as questões por nós colocados em Abril passado não caíram em saco roto.

Por outro lado, é igualmente com agrado que demos conta que algumas das nossas recomendações e contributos foram assumidos como objectivos para o ano, como é o caso, entre outros, das obras de alargamento do Cemitério de Peniche, a construção de uma Casa Mortuária, a remodelação do Mercado Municipal, a continuação do projecto de segurança da Marginal Norte, a implementação do Parque Empresarial do Vale do Grou, a integração do Concelho no Programa Agenda XXI, a elaboração do Plano Estratégico de Turismo, o estudo de uma solução para a Marina de Peniche, o plano de urbanização da zona envolvente ao Porto da Areia Sul, e a elaboração da Carta Educativa do Concelho.

No entanto o Plano Plurianual de Investimentos continua a revelar uma preocupante falta de ideias que se projectem para o futuro.

Por outro lado, questionamos da executabilidade deste orçamento que se nos afigura demasiado empolado na receita, nomeadamente nos rubricas “Imposto Directo – Loteamentos e Obras (1.400.00€) e “Venda de Bens de Investimento – Terrenos (4.205.00 €), o que nos leva a temer que muitas das propostas não sejam possíveis de executar por carência económica.

Todavia, do nosso ponto de vista, o que nos compete agora analisar são os documentos de uma perspectiva política deixando a incumbência da sua realização para o executivo. Deste modo, os vereadores do partido Social Democrata irão viabilizar as grandes Opções do plano e orçamento para 2007 abstendo-se não abdicando de estabelecermos um regime de vigilância democrática, avaliando passo a passo a execução orçamental.

Dado ainda não termos tido oportunidade de reunir com outros autarcas do PSD, esta nossa posição não vincula o grupo da nossa bancada na Assembleia Municipal.

Peniche, 6 de Dezembro de 2006.

Os Vereadores do Partido Social Democrata.”

O Senhor Vereador Jorge Abrantes disse que em relação ao valor relativo à redução das taxas do IMI, ninguém conseguiria adivinhar o valor da cobrança de 2007 e, conseqüentemente, o nível da redução.

Acrescentou que seria necessário concretizar a venda de lotes de terreno municipais para viabilizar a despesa prevista.

O Senhor Presidente disse que tinha estado reunido no dia anterior com o Presidente da CCDDR Centro, na qualidade de Vice-Presidente da ADRO, sobre as eventuais candidaturas do QREN e que tinha notado uma grande indefinição sobre este assunto. Deu uma explicação sobre as perspectivas em relação aos projectos de águas e saneamento, no tocante ao seu enquadramento no Plano Operacional Nacional e nos Planos Operacionais Regionais.

Salientou também que os projectos relacionados com os centros educativos e escolas mereceriam prioridade e que iriam ser privilegiados os projectos multimunicipais, multientidades e multireprodutores.

Informou ainda que, no próximo dia 19, iria haver uma reunião com o Dr. Augusto Mateus, na AMO, para análise e discussão de projectos a candidatar ao QREN, tendo elencado os possíveis projectos a apresentar pelo Município de Peniche.

Por último agradeceu os contributos dos Vereadores e disse que os documentos em análise eram dinâmicos, podendo ser completados com os projectos que se mostrassem mais pertinentes a qualquer altura.

O Senhor Vice-Presidente sublinhou o rigor e a qualidade dos documentos em análise, dizendo que continham muitos dos aspectos do programa eleitoral da CDU e das opiniões dos autarcas do Município. Disse que o ano 2007 seria um ano de muito planeamento, porque era necessário, e de obras por todo o Município.

Disse também que não poderia deixar de comentar a opinião do Partido Socialista porque era o partido que tinha menos legitimidade política para votar contra, uma vez que as Grandes Opções do Plano reflectiam em parte a herança deixada pelo PS. Acrescentou que bastaria ler a entrevista dada pelo Senhor Vereador Jorge Gonçalves ao jornal Área Oeste, em 6 de Novembro de 2006, para saber o que pensava sobre os documentos em análise, pois dizia que eram os piores dos últimos 10 anos.

Classificou o sentido de voto dos Vereadores do PS como não construtivo.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves disse que os projectos possíveis de candidatar ao QREN deveriam ser discutidos na Câmara.

Disse também que havia um grande desequilíbrio entre as obras a realizar na cidade e as obras a realizar nas Freguesias rurais, salientando que nenhum dos possíveis projectos a candidatar ao QREN era na área rural.

O Senhor Presidente focou vários projectos da área rural candidatáveis ao QREN.

O Senhor Vereador Jorge Abrantes disse que o ano de 2007 seria o ano de discussão dos projectos a candidatar ao QREN e da escolha de prioridades nesse âmbito.

Salientou que as Grandes Opções do Plano reflectiam ideias e não poderiam expressar certezas em relação ao QREN.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves disse que na altura se falaria sobre as prioridades a estabelecer em relação ao QREN. Acrescentou que achava todos os projectos candidatáveis ao QREN válidos, mas que havia ainda muitas dúvidas, nomeadamente em relação à localização do pavilhão Multiusos.

Sobre a afirmação de que o PS não tinha legitimidade para votar contra disse que todos os executivos recebiam heranças e que ele também as tinha recebido, pois faziam parte da continuidade da gestão autárquica.

Referiu que a CDU, das críticas que tinha feito em anteriores mandatos, não tinha legitimidade para apresentar os documentos em análise, da forma como estavam elaborados.

Acrescentou que, em 24 de Novembro de 2006, já conhecia as Grandes Opções do Plano e o empolamento na receita continha levaria a uma parte da despesa não ser concretizada, mas que não gostava de comentar textos dos jornais.

Disse ainda, sobre as heranças de anteriores mandatos, que os compromissos eram dos outros e que os louros eram da CDU, facto que revelava incoerência a vários níveis.

Disse por último que bastaria pegar em qualquer declaração de voto da CDU para ver que era igual à declaração de voto do PS e que os elementos da CDU já tinham estado nas cadeiras de Vereadores da oposição, tinham tomado parte nas votações e, por consequência, também tinham responsabilidade dessas votações.

Postos a votação os documentos previsionais para 2007, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Presidente, Vice-Presidente, e Vereador Jorge Abrantes, as abstenções dos Senhores Vereadores Francisco Salvador e Paulo Rodrigues e os votos contra dos Senhores Vereadores Jorge Gonçalves e Joaquim Raul, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007 e remeter tais documentos à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/5002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Vereador Jorge Gonçalves disse que apresentaria posteriormente uma declaração de voto, o que fez e é do seguinte teor:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Os vereadores do Partido Socialista votaram contra os documentos previsionais para o ano de 2007, pelos seguintes motivos:

1.º - A CDU ao longo do último mandato (2002-2005), sempre votou contra os referidos

documentos, com base no entendimento que os Orçamentos eram empolados nas receitas de capital (Venda de bens de investimento – Terrenos) e que isso retirava credibilidade á previsão da execução das despesas;

2.º - Esperava-se, um ano após ter dado início à responsabilidade de conduzir a actividade municipal e coerente com as suas críticas no passado que apresentasse uma proposta diferente, que fosse ao encontro do rigor e da verdade orçamental tantas vezes exigida enquanto oposição;

3.º - Tal não aconteceu. Antes pelo contrário. Apresenta o Orçamento mais empolado de sempre, na história do Município de Peniche;

4.º - Prevê nas despesas de capital, em venda de bens de investimento (Terrenos) um valor de 4.337.500 €, quando a previsão para 2005 foi de 3.232.500€e a execução orçamental foi de 110.018€ Verifica-se assim, um aumento de empolamento em 1.105.000€

5.º - Efectuar a “habilidade” de no documento de trabalho do Orçamento, distribuído no dia 15 de Novembro, prever a venda do terreno da Docapesca por 1.000.000€, para no documento final distribuído a 27 de Novembro, retirar a palavra Docapesca transferindo 1.000.000€para outros, demonstra a falta de credibilidade que transmitiram aos documentos;

6.º - Além de agravar a previsão nas despesas de capital, entendeu pela segunda vez consecutiva (2006 e 2007), não cumprir as regras do POCAL para as receitas correntes, aumentando o empolamento total das receitas através das rubricas impostos directos e taxas, multas e outras penalidades;

Em 2006, em Impostos Directos (loteamentos e obras) previa arrecadar a quantia de 767.000€ quando a execução orçamental de 01 de Janeiro a 28 de Novembro do corrente ano totaliza 355.725€ Para 2007 propõe a verba de 1.400.000€ Empola mais uma vez a receita.

Em 2006, em Taxas, multas e outras penalidades (loteamentos e obras) previa a arrecadar a quantia de 356.000 € quando a execução orçamental de 01 de Janeiro a 28 de Novembro do corrente ano totaliza 139.700€ Para 2007 propõe a verba de 767.000€

Empola mais uma vez a receita.

7.º - Verifica-se assim, um empolamento adicional face ao que era comum utilizar-se, sempre com o voto contrário da CDU, de 2.000.000 a 2.500.000€ Não tendo tido coragem de actuar do lado da despesa, optou pelo caminho mais fácil. Mais empolamento. Como reverso da medalha, torna menos credíveis as opções da despesa;

8.º - Por outro lado, num ano em que não se prevêem lançar grandes obras, excepção ao alargamento do cemitério de Peniche e construção da casa mortuária, a realizarem-se a coberto de empréstimo bancário de cerca de 830.000 € fazer profissão de fé na venda de património no máximo possível, vai dificultar o futuro próximo com a execução de projectos aos próximos apoios comunitários, a iniciarem-se em 2007 e em que a Câmara terá de ter capacidade financeira (25% pelo menos), para lhes dar exequibilidade, obrigando o Município ao recurso do crédito bancário;

9.º - Prever a elaboração de projectos para o próximo QREN, sem durante um ano não ter suscitado qualquer discussão sobre os mesmos em reunião de Câmara, não parece ser uma atitude que dignifique o órgão, as suas funções e as melhores opções e prioridades face ao futuro;

10.º - Não se encontram nos projectos a elaborar para o próximo QREN, soluções que contribuam para atenuar as desigualdades de investimento gerado por força da regulamentação das medidas do III QCA que agora está a terminar, entre a Cidade e a zona rural do Concelho;

11.º - As GOPS (Grandes Opções do Plano), assentam num orçamento que não é credível da parte da receita o que retira qualquer credibilidade às generalidades que nelas constam como actividades a desenvolver no próximo ano;

12.º - Referir nas GOP's que existem infra-estruturas a executar referentes a loteamentos municipais ou loteamentos particulares anteriores a 2003, sem fazer referência também a recebimentos em 2006 de contribuição autárquica e do imposto da sisa em cerca de 250.000 €

valor referente a antes de 2003, não é uma postura honesta politicamente;

13º - Referir nas GOP's que as verbas do IMI em 2007 vão baixar, sem referir que o valor orçamentado é de 2.954.000€ menos 26.000€ do que foi estabelecido pela actual gestão para 2007 (2.980.000€), não é uma postura honesta politicamente;

14.º - Por último, o Partido Socialista analisou estes documentos com rigor e responsabilidade, tendo em vista, apenas e só, o interesse do Concelho, manifestado a sua disponibilidade para alterar o seu voto, viabilizando também assim, os documentos, desde que a CDU estivesse disponível para alterar o nível de emolumento das receitas (menos 2.000.000€) para valores próximos daqueles que foram utilizados anteriormente.

A CDU optou por manter os documentos tal como os apresentou.

A execução de 2007 irá demonstrar quem tinha razão.

Peniche, 06 de Dezembro de 2006

Os vereadores do Partido Socialista

Jorge Manuel Rosendo Gonçalves

Joaquim Raul Gregório Farto”

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2007:

Foram também postos à votação os documentos previsionais para 2007 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, tendo a Câmara aprovado, por maioria, tais documentos, com os votos a favor dos Senhores Presidente, Vice-Presidente, e Vereador Jorge Abrantes, Francisco Salvador e Paulo Rodrigues e as abstenções dos Senhores Vereadores Jorge Gonçalves e Joaquim Raul, e remete-los à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/5002, de 11 de Janeiro.

TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA, ALUGUER DE CONTADORES E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A Câmara deliberou ainda, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/5002, de 11 de Janeiro, também por maioria, aprovar o tarifário de venda de água, aluguer de contadores, drenagem de águas residuais e de prestação de serviços para o ano de 2007, aprovado na reunião do Conselho de Administração dos SMAS, realizada em 29 de Novembro de 2006, com os votos a favor dos Senhores Presidente, Vice-Presidente, e Vereador Jorge Abrantes, Francisco Salvador e Paulo Rodrigues e as abstenções dos Senhores Vereadores Jorge Gonçalves e Joaquim Raul.

ENCERRAMENTO:

Sendo dezasseis horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que, para efeitos imediatos, foi totalmente aprovada em minuta no final da mesma, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro.

E eu, _____, p' Chefe de Divisão Administrativa, servindo de Director de Departamento de Administração e Finanças, a subscrevo e assino.